

# Alfabetização e educação de jovens e adultos: uma análise de boas práticas

*Gianna Alessandra Sanchez Moretti, consultora*

## Políticas públicas de alfabetização e educação de jovens e adultos

As mudanças sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e climáticas das últimas décadas constituem um desafio para o desenvolvimento humano e a educação. A educação deve fornecer às pessoas as ferramentas necessárias para lidar com tais desafios. Portanto, é preciso que o conteúdo transmitido reflita o contexto local e os interesses dos indivíduos. Contudo, cerca de 774 milhões de jovens e adultos – dos quais dois terços são mulheres – não sabem ler ou escrever (UNESCO-UIL, 2014, p. 16).

A educação de adultos (EA) deve ter como objetivo motivar jovens e adultos a continuar sempre aprendendo, além de equipá-los com as capacidades práticas necessárias para inserção no mercado de trabalho – ou, simplesmente, para que adquiram um senso de dignidade e valor – além de suplementar os conhecimentos e as capacidades adquiridos ou perdidos ao longo da vida, como a leitura e a escrita. Um dos princípios da EA é o ensino de jovens e adultos por meio de técnicas de aprendizagem específicas e adequadas, visto que tais alunos têm necessidades, interesses, habilidades e capacidades de aprendizagem diferentes daqueles de idade escolar na educação básica.

Os ensinamentos e as habilidades de leitura, escrita e aritmética adquiridos devem ser complementados por atividades educacionais para que sejam fortalecidos, adaptados e mantidos ao longo do tempo. No entanto, as iniciativas de combate ao analfabetismo não são suficientes; elas dependem – e precisam do apoio – da aprendizagem adquirida, mesmo na idade adulta. A eficácia de uma estratégia abrangente e universal de alfabetização também dependerá de medidas preventivas – por exemplo, iniciativas para melhorar o sistema de ensino de modo geral.

A eficácia das iniciativas de alfabetização e EA é relativa e depende de vários fatores, incluindo a realidade socioeconômica local, as competências dos educadores, as responsabilidades e motivações dos alunos, o engajamento de políticos, da sociedade civil e de outras partes interessadas, a qualidade e a relevância do conteúdo do material de ensino e das avaliações, a gestão de recursos, o grau de coordenação técnica, etc. A UNESCO definiu uma série de diretrizes gerais que podem ser consideradas “melhores práticas” em políticas de alfabetização e/ou EA.

Em 2005, a UNESCO lançou a Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (*Literacy Initiative for Empowerment* – LIFE) para acelerar, até 2015, o processo de alfabetização em 35 países com taxas gerais de alfabetização abaixo de 50 por cento e/ou com mais de 10 milhões de adultos analfabetos. A avaliação intercalar, realizada em nove países entre 2005 e 2010, apresentou um modelo para estabelecer um sistema mais eficaz de políticas de alfabetização para jovens e adultos (Figura 1). Este modelo também pode ser aplicado à EA.

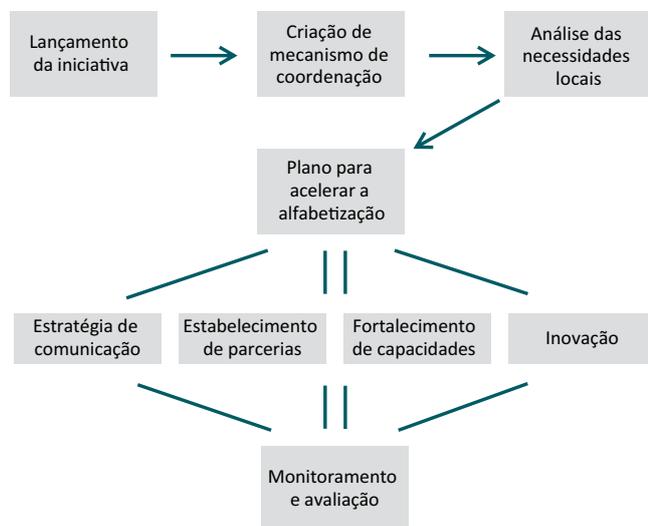
Em cada país, haverá diferentes atores capazes de contribuir para a alfabetização de jovens e adultos e iniciativas de EA. Esses atores podem atuar em diversos âmbitos – central, regional e local – representando órgãos públicos, ministérios, organizações não governamentais, sociedade civil e/ou grupos religiosos, setor privado, etc. Portanto, é preciso que um ponto focal (ou mediador) assuma o papel de liderança. Tipicamente, essa função cabe ao órgão responsável pela educação, como o Ministério da Educação e/ou as secretarias de educação.

A coordenação deve ser descentralizada para contemplar as diversas realidades dos níveis municipal, provincial e regional. As redes e os mecanismos de apoio às iniciativas existentes de alfabetização e EA devem ser reforçados e novos atores devem ser incluídos. As boas práticas nesta área incluem, entre outras, a organização de reuniões periódicas com a representação dos atores envolvidos ou a criação de um fórum, comissão ou grupo de trabalho. As funções e responsabilidades de cada ator devem ser bem-definidas. Seja qual for o mecanismo definido, é essencial que ele seja sistêmico para não ser afetado por mudanças políticas ao longo do tempo.

É necessária uma boa estratégia de comunicação para mobilizar os atores, os parceiros, os alunos e a comunidade. O objetivo da estratégia deve ser conscientizar os políticos e as partes interessadas sobre a importância da alfabetização e da educação continuada. Nessa área, as boas práticas incluem campanhas visuais, de rádio e de televisão, além de eventos, seminários, fóruns e *workshops* de conscientização. Um bom momento para a realização de tais iniciativas, por exemplo, é o Dia Internacional da Alfabetização, comemorado, anualmente,

em 8 de setembro. As iniciativas podem aumentar a motivação dos alunos e também servem para manter ou aumentar a procura por iniciativas de alfabetização.

**FIGURA 1**  
**Modelo para estabelecer uma política mais eficaz de alfabetização de jovens e adultos**



Fonte: Chu e Bajracharya (2011).

Além do engajamento político, também é importante mobilizar e formar parcerias. Exemplos da iniciativa LIFE no Afeganistão e na China demonstram que o envolvimento de funcionários do alto escalão político – como presidentes, ministros, governadores e secretários – é essencial para sensibilizar a opinião pública e mobilizar parceiros de forma eficaz (ibid., p. 21). O envolvimento das autoridades políticas é importante para mobilizar, atrair e manter parcerias relevantes.

A elaboração de um memorando de entendimento é uma boa maneira de formar e manter parcerias. Os memorandos podem ser firmados com parceiros na educação e/ou áreas afins, tais como assistência social, planejamento, habitação, proteção das mulheres e crianças, saúde e estatísticas. Além de assinar um documento para formalizar a parceria, é essencial realizar reuniões regulares com os parceiros e as partes interessadas para discutir o progresso e os gargalos, bem como aprimorar as atividades.

Parte desse processo inclui o fortalecimento das políticas existentes ou a formulação de outras. É, portanto, necessário rever o quadro de políticas que define a estrutura da alfabetização e da EA em âmbito local. Além de serem atualizadas, essas políticas devem refletir a nova agenda e as normas internacionais, bem como definir novos objetivos e metas. Essa orientação seria ótima para a execução das atividades. Por exemplo, as políticas nessa área devem refletir o conceito de alfabetização e EA, a partir de uma perspectiva de aprendizagem durante toda a vida, com o objetivo de promover um ambiente propício para a educação continuada.

Para fortalecer essas políticas, devem ser realizadas iniciativas de conscientização sobre a importância da alfabetização e da EA em conjunto com a estratégia de comunicação. Também é essencial reforçar as capacidades dos recursos humanos

que trabalham com a implementação de políticas públicas para refletir e implementar as recomendações mencionadas anteriormente, por meio de atividades de formação ou da elaboração de diretrizes.

O financiamento está intimamente ligado à coordenação e às políticas públicas. O investimento necessário para a alfabetização universal precisa ser calculado, e a estimativa desse montante facilitaria o planejamento. Os investimentos devem ser administrados com transparência, eficiência e eficácia. Parcerias e campanhas de comunicação também podem ajudar a angariar recursos para as iniciativas. É fundamental dispor de mecanismos de financiamento autossuficientes e sustentáveis dentro da comunidade.

As inovações em matéria de alfabetização e iniciativas de EA têm um grande impacto no sucesso das políticas públicas. A inovação não tem regras; depende da realidade e da criatividade dos atores locais e da equipe de coordenação. No entanto, existem ambientes mais propícios à inovação; espaços onde os atores relevantes possam compartilhar ideias e experiências – como reuniões, seminários, debates e *workshops*. As pesquisas e a comparação e adaptação das práticas aplicadas em outros locais também podem ajudar a melhorar as iniciativas locais de alfabetização.

É possível, dependendo da realidade e das necessidades locais, inovar no tipo de alfabetização. Por exemplo, o programa AKRAB (*Aksara Agar Berdaya*, ou “a Alfabetização gera Poder”) da Indonésia apoia as seguintes iniciativas de alfabetização: alfabetização corporativa, educação sobre arte cultural local, alfabetização popular, alfabetização para a paz, alfabetização familiar, leitura comunitária, etc. Além disso, programas específicos podem atingir resultados mais concretos. Por exemplo, no Nepal, a maioria dos alfabetizadores é do sexo feminino e dá aulas para mulheres, que costumam ser a maioria entre os alunos. Os resultados mostram que a taxa de alfabetização entre as mulheres aumentou três vezes mais rapidamente que entre os homens (ibid., p. 43).

Vale ressaltar que, de acordo com dados de 2005-2010 (UNESCO-UIL 2013, 7), em 81 de 146 países, o analfabetismo é um problema que afeta, predominantemente, as mulheres. Em diversos países, as mulheres são consideradas um grupo vulnerável, uma vez que elas e as meninas têm maior probabilidade de sofrerem com violência, violações de direitos humanos, oportunidades limitadas, etc. Portanto, existem programas específicos que lhes permitem contribuir para seu próprio desenvolvimento e o de suas comunidades, especialmente por meio da educação.

O uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) é uma inovação importante que vem tendo sucesso. Essas tecnologias costumam ser vistas como ferramentas de apoio produtivo que facilitam, estimulam e aprimoram os processos de aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Os resultados da avaliação randomizada de um programa de EA no Níger sugerem que as TICs podem ser utilizadas para melhorar os resultados de EA nas comunidades rurais (AKER et al. 2012, p. 94-120).

Outra dica é desenvolver e manter ferramentas educacionais virtuais para estudantes e professores. Os resultados de um

estudo de caso sobre a implementação do Programa Escola Zé Peão (Programa de Alfabetização na Língua Materna – PALMA), em João Pessoa, no Brasil, mostram que o uso do aplicativo PALMA – uma ferramenta de baixo custo – apoiou o processo de alfabetização dentro e fora da sala de aula (UNITWIN, 2015, p. 19).

Outro tipo de inovação é a abertura e a manutenção de centros comunitários de aprendizagem, com incentivo da UNESCO. Os centros são locais sustentáveis e autossuficientes com oportunidades de aprendizagem disponíveis para a comunidade e com o objetivo de promover a autossuficiência, melhorar a qualidade de vida e incentivar o desenvolvimento da

comunidade (municipal, regional e nacional). Além disso, sob a perspectiva mais ampla de melhorar a qualidade de vida da comunidade, a cidade deve se candidatar ao título de Cidade de Aprendizagem da UNESCO, um programa que visa capacitar os indivíduos e promover a coesão social, o desenvolvimento sustentável e a prosperidade cultural dessas cidades.

### Resultados das boas práticas

Além de estratégias bem concebidas e executadas corretamente, o sucesso das práticas de alfabetização e EA<sup>1</sup> depende, sobretudo, do programa usado nos espaços de aprendizagem. Devem ser levados em conta fatores como

**TABELA 1**  
**Fatores de sucesso dos programas de alfabetização e educação de adultos**

<b>Categoria</b>	<b>Fatores de sucesso</b>
<b>Estrutura</b>	<p>Oferecer diversos níveis: básico, intermediário e avançado.</p> <p>Oferecer diferentes estágios de alfabetização: básico (literacia e numeracia), avançado, desenvolvimento comunitário, técnico e profissional; é fundamental dispor de uma fase pós-alfabetização, para os alunos aplicarem e desenvolverem suas competências técnicas e profissionais.</p> <p>Oferecer programas intergeracionais – por exemplo, a alfabetização familiar, em que as mães/pais e filhas/filhos aprendem simultaneamente.</p> <p>Promover atividades pós-alfabetização na comunidade e criar ambientes comunitários de alfabetização – por exemplo, instituindo bibliotecas móveis espalhadas pela cidade.</p> <p>Dispor de uma estratégia de aprendizagem de longo prazo – por exemplo, alfabetização complementada por atividades de formação em competências técnico-profissionais e desenvolvimento comunitário.</p> <p>Oferecer programas de médio e longo prazo: seis meses a dois anos.</p> <p>Incluir a comunidade no desenvolvimento e na manutenção do programa.</p> <p>Oferecer treinamentos periódicos para gestores, coordenadores e educadores.</p>
<b>Conteúdo</b>	<p>Aplicar uma metodologia de ensino-aprendizagem ativa, crítica, criativa e participativa, focada em atender às necessidades, experiências e realidades dos alunos – por exemplo, as metodologias de Paulo Freire, PRA e Refletir.</p> <p>Usar materiais educacionais teóricos, visuais e práticos, como livros, manuais para estudantes, recursos visuais, áudio, vídeo, pinturas, sessões de leitura, atividades práticas, jornais/revistas, jogos, visitas de campo, pesquisas, atividades lúdicas, etc.</p> <p>Fornecer materiais e incentivos para os alunos, como manuais, livros, artigos de papelaria, vales-transportes e vales-alimentação, creches, etc.</p> <p>Incluir a comunidade e os alunos no desenvolvimento do currículo.</p> <p>Utilizar as TICs, as redes e as mídias sociais dentro e fora da sala de aula – em computadores, telefones celulares, rádios, quadros interativos, aplicativos, redes de mídia social, internet, etc.</p> <p>Incluir a alfabetização em mídia e informação no currículo.</p> <p>Tratar de temas interdisciplinares de interesse e relevância para o público-alvo e a comunidade; abordar questões enquadradas nessas quatro categorias: linguagem e comunicação, matemática e cálculos, educação social e desenvolvimento comunitário, ensino técnico e profissional.</p>
<b>Público-alvo/ ambiente</b>	<p>Oferecer programas para diversos públicos-alvo – por exemplo, mulheres, mães, trabalhadores, jovens fora da escola, idosos, pessoas com necessidades especiais, etc.</p> <p>Dispor de locais adequados, disponíveis e estáveis para realizar as aulas e acolher a população – por exemplo, espaços em associações, igrejas, prédios do governo, escolas, espaços públicos e culturais, etc.</p> <p>Formar e manter parcerias dentro e fora da comunidade para garantir o apoio material, técnico, financeiro e de infraestrutura.</p>
<b>Gestão técnica</b>	<p>Realizar atividades de monitoramento e avaliação com regularidade.</p> <p>Dispor de programas e estratégias sustentáveis.</p> <p>Realizar visitas técnicas para monitorar o desempenho e o andamento das atividades.</p> <p>Convocar reuniões regulares (semanais, mensais, semestrais, anuais), com as partes interessadas, os parceiros, os coordenadores, os educadores e outros atores envolvidos.</p> <p>Implementar uma boa estratégia de comunicação – por exemplo, campanhas de televisão e rádio, etc.</p> <p>Gerar e manter o engajamento e o apoio político.</p>

a gestão e os métodos de ensino empregados em sala de aula. O sucesso depende da eficácia da estrutura, organização, gestão, conteúdo, avaliação, monitoramento e financiamento.

Foi feita uma análise de 18 exemplos de programas de boas práticas de alfabetização e EA em âmbito mundial, os quais aparecem em destaque no Banco de Dados de Práticas Eficazes de Alfabetização da UNESCO-UIL.<sup>2</sup> Os programas selecionados apresentaram altas taxas de sucesso/retenção, entre 60 e 90 por cento. Os fatores determinantes para o sucesso desses programas foram identificados. Eles foram considerados “boas práticas” porque os programas conseguiram alfabetizar a maioria dos alunos formados e/ou aprovados nas avaliações finais. Vale ressaltar, no entanto, que as taxas de sucesso também dependem da realidade local e da definição de sucesso em cada localidade.

Os programas analisados adotavam uma combinação de vários fatores gerais de sucesso, derivados das experiências acumuladas e dos desafios enfrentados, conforme pode-se notar na Tabela 1. Foram criadas quatro categorias para facilitar a explicação dos fatores de sucesso: estrutura, conteúdo, público-alvo/ambiente e gestão técnica.<sup>3</sup>

### Conclusões

De acordo com a análise das melhores práticas mencionada anteriormente, embora existam diferenças entre os contextos, as realidades, as culturas e os públicos-alvo, há fatores gerais que são fundamentais para o sucesso de qualquer programa ou política pública de alfabetização de jovens e adultos e EA. Cada fator pode – e deve – ser adaptado à realidade do contexto local onde o programa será executado. Também vale lembrar que a alfabetização de jovens e adultos e a EA se complementam.

Seguem algumas orientações básicas para o sucesso das políticas públicas nesta área:

- Realizar uma análise das necessidades e identificar a lacuna de aprendizagem na localidade.
- Manter o envolvimento das autoridades políticas.
- Criar um mecanismo de coordenação das iniciativas.
- Garantir um mecanismo de financiamento eficaz.
- Fortalecer os mecanismos existentes.
- Definir os termos de referência para os atores e parceiros envolvidos.
- Desenvolver e implementar uma boa estratégia de comunicação.
- Formar e manter parcerias.
- Fortalecer a capacidade de implementação de políticas públicas.
- Fortalecer a capacidade de implementação de programas.
- Reforçar as capacidades dos recursos humanos.
- Inovar!

A análise mostra que ações inovadoras podem ajudar a superar desafios, elucidar soluções e atingir metas. A inovação e a capacitação da população local são fatores que fazem toda a diferença: inovação para desenvolver iniciativas eficazes e empoderamento para possibilitar a concepção e a gestão de programas pela própria comunidade.

A metodologia, o currículo e os educadores são fatores que fazem toda a diferença na eficácia do programa usado em sala de aula. Esses fatores devem ser alinhados às necessidades e aos interesses locais dos alunos.

Uma estratégia com um público-alvo específico pode ter mais sucesso, uma vez que o ensino e a aprendizagem ocorrem em ambientes propícios e adequados para alunos específicos que necessitam de apoio especial. O ambiente criado para as mulheres foi, em alguns casos, fundamental para que elas se sentissem seguras e tivessem a coragem de participar – fatores comportamentais e subjetivos que motivam as mulheres e facilitam seu processo de aprendizagem.

Para atingir resultados concretos e expressivos e mantê-los ao longo do tempo, a alfabetização de jovens e adultos e a EA precisam ser concebidas e implementadas a partir da perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. Quando a alfabetização é vista como um processo contínuo, não existe um limiar definido entre as pessoas classificadas como alfabetizadas e não alfabetizadas. As iniciativas de alfabetização devem ser implementadas por meio de uma abordagem holística da aprendizagem ao longo da vida, considerando os princípios de aprendizagem e ensino de jovens e adultos e incorporando conteúdos interessantes e práticos para fortalecer as capacidades e conhecimentos relevantes para a vida cotidiana dos jovens e adultos.

Além disso, os alunos precisam dispor de oportunidades pós-alfabetização, para aplicar os conhecimentos adquiridos e desenvolver competências técnicas e profissionais. Tal estratégia não só alfabetizaria os jovens e adultos, mas também os capacitaria com as ferramentas necessárias para que possam contribuir para o contexto socioeconômico local e para a qualidade de vida de suas comunidades. Esse fato lhes dá uma luz no fim do túnel – um caminho iluminado, uma direção e a motivação para aprender e continuar aplicando o conteúdo.

A alfabetização é parte integrante do direito à educação e serve como ferramenta para o desenvolvimento individual e comunitário. Portanto, os fatores discutidos anteriormente – fundamentais para o sucesso das políticas públicas de alfabetização e EA – devem ser aplicados e integrados politicamente e institucionalmente pela sociedade. ■

1. Afeganistão, Bangladesh, Bolívia, Cuba (e 28 países), Jordânia, Libéria, Nova Zelândia, Paquistão, Peru, Senegal, África do Sul, Turquia, Uruguai, Vietnã e Iêmen.

2. Ver <<http://www.unesco.org/UIL/litbase/?menu=4>>.

3. A estrutura inclui o formato do programa, duração, atores envolvidos, níveis, estágios, tipo, etc. O conteúdo trata de metodologia, métodos e recursos de ensino, currículo, programa, etc. O público-alvo/ambiente inclui o público e o ambiente da comunidade onde o programa é realizado. A gestão técnica inclui aspectos como o apoio técnico e financeiro de parceiros ou entidades externas e atividades de monitoramento e avaliação.

---

## Referências:

AKER, J. C.; KSOLL, C.; LYBBERT, T. "Can Mobile Phones Improve Learning? Evidence from a Field Experiment in Niger." *American Economic Journal: Applied Economics*, 4(4): 94-120, 2012.

CHU, S. K.; BAJRACHARYA, R. *Regional Mid-Term Evaluation of Literacy Initiative for Empowerment (LIFE)*. Bangkok: UNESCO Asia-Pacific Regional Bureau for Education, 2011. Disponível em: <[http://uil.unesco.org/fileadmin/keydocuments/Literacy/LIFE/Mid-termPackage/3\\_asia\\_regional\\_and\\_country\\_reports/3a\\_%20Regional\\_%20report\\_Asia/LIFE\\_Midterm\\_Evaluation\\_%20Report\\_Asia\\_Pacific.pdf](http://uil.unesco.org/fileadmin/keydocuments/Literacy/LIFE/Mid-termPackage/3_asia_regional_and_country_reports/3a_%20Regional_%20report_Asia/LIFE_Midterm_Evaluation_%20Report_Asia_Pacific.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2016.

UNESCO-UIL. *Literacy and Women's Empowerment: Stories of Success and Inspiration*. Hamburg: UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002234/223466E.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Annual Report 2013*. Hamburg: UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2014. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002269/226992E.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

UNITWIN. *Relatório final de Pesquisa - Aprendizagem Móvel no Canteiro de Obra*. Paris: UNESCO2015..

*As opiniões expressas neste resumo são dos autores e não necessariamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do Governo do Brasil.*

### **Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo**

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar  
70076-900 Brasília, DF - Brasil

Telefone: +55 61 2105 5000

E-mail: [ipc@ipc-undp.org](mailto:ipc@ipc-undp.org) ■ URL: [www.ipc-undp.org](http://www.ipc-undp.org)

